



TUDO UM MUNDO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**4º TRIMESTRE 2022**

## Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2022 .....	4
Execução Orçamental da Receita .....	5
Execução Orçamental da Despesa .....	9
Equilíbrio Orçamental .....	14
Alterações Orçamentais .....	15

## Ilustrações

Ilustração 1 - Receita - 4º trimestre 2022/2021.....	5
Ilustração 2 - Despesa - 4º trimestre 2022/2021.....	9
Ilustração 3 - Regra do Equilíbrio Orçamental .....	14
Ilustração 4 - Alterações Orçamentais à Receita .....	15
Ilustração 5 - Alterações Orçamentais à Despesa .....	16

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 4º TRIMESTRE 2022

#### Instrumentos previsionais de gestão 2022

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2022, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2021, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2022, no final do 4º trimestre apresentou um ajustamento mediante a realização de diversas alterações orçamentais, tratadas em capítulo próprio mais adiante, traduzida numa redução de 31.992,1 m€ do total do orçamento corrigido face ao 3º trimestre, apresentando uma dotação final de 261.683,4 milhares de euros (m€), composto por 176.634,7 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 174.083,3 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 61.538,2 m€, sendo as despesas de 87.600,1 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 23.510,5 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€<sup>1</sup>.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2021, um orçamento corrigido de 229.329,8 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 149.082,2 m€ e 127.848,9 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 60.791,9 m€ e despesas de 101.480,8 m€, contemplando as outras receitas um total de 19.455,4 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 19.153,3 m€.

De referir que a análise deste 4º trimestre de 2022 incidiu apenas sobre a parte orçamental. Uma vez que os procedimentos de final de período ainda não se encontram concluídos, qualquer análise feita, nesta altura, sob a perspetiva patrimonial, teria um carácter provisório, pelo que a mesma será efetuada na altura da prestação de contas anual.

<sup>1</sup> Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

## Execução Orçamental da Receita

No quarto trimestre, o orçamento do Município para o exercício de 2022 apresenta uma dotação total de receita cobrada de 230.880,5 m€, registando como receitas correntes o montante de 176.979,6 m€ e receitas de capital cerca de 30.351,3 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 23.219,3 m€ e reposição não abatida nos pagamentos de 330,3 m€.

Por sua vez, no exercício de 2021, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 197.712,8 m€, registando nas receitas correntes um montante de 152.500,9 m€ e nas de capital 25.756,2 m€, acrescentando outras receitas como o saldo de gerência anterior de 19.153,3 m€ e reposição não abatida nos pagamentos de 302,4 m€.

Resultante deste enquadramento, verifica-se uma taxa de crescimento de 16,78 % da receita total cobrada de 2022 fase ao ano anterior.

O quadro seguinte reflete a execução da receita até ao final de 2022, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

C.Econ	Descrição	4º trimestre 2021		4º trimestre 2022		Dif. Cobrança 2022/2021	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2021 (a)	2022 (a)	2022 (b)
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	149 082,43	152 500,92	176 634,65	176 979,60	24 478,68	102,29%	100,20%	96,80%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	94 785,16	94 785,06	97 879,18	100 477,40	5 692,34	100,00%	102,65%	100,00%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 055,75	5 251,72	5 655,12	5 779,55	527,83	103,88%	102,20%	99,90%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 888,85	8 509,43	6 127,26	6 126,04	-2 383,39	144,50%	99,98%	100,00%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37 782,37	37 780,65	63 277,44	59 769,18	21 988,53	100,00%	94,46%	94,40%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 445,26	2 478,26	3 223,44	3 251,55	773,29	101,35%	100,87%	99,90%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3 125,04	3 695,80	472,21	1 575,88	-2 119,92	118,26%	333,72%	-349,30%
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>60 791,97</b>	<b>25 756,16</b>	<b>61 538,20</b>	<b>30 351,29</b>	<b>4 595,13</b>	42,37%	49,32%	48,50%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	319,40	297,61	277,38	272,18	-25,43	93,18%	98,13%	98,10%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19 466,21	13 515,66	28 132,58	10 133,77	-3 381,89	69,43%	36,02%	34,30%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	20 638,02	0,00	11 449,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	18 722,03	10 296,71	20 216,69	18 475,93	8 179,22	55,00%	91,39%	91,30%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 646,31	1 646,18	1 462,55	1 469,41	-176,77	99,99%	100,47%	100,00%
	<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>19 455,39</b>	<b>19 455,67</b>	<b>23 510,54</b>	<b>23 549,65</b>	<b>4 093,98</b>	100,00%	100,17%	100,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	302,13	302,41	291,19	330,30	27,89	100,09%	113,43%	100,00%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	19 153,26	19 153,26	23 219,35	23 219,35	4 066,09	100,00%	100,00%	100,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>229 329,79</b>	<b>197 712,75</b>	<b>261 683,39</b>	<b>230 880,54</b>	<b>33 167,79</b>	86,21%	88,23%	85,70%

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão  
 (b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

### Ilustração 1 - Receita - 4º trimestre 2022/2021

Revisão: 01

Data: 01-03-2021

Classificação: Uso interno

IM/PG01.009.02



Certificado 2018/CEP/5485

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução bem positiva no global da receita entre 2021/2022 de 33.167,8 m€, ou seja, com acréscimos registados em ambas as vertentes da receita corrente e de capital, em cerca de 24.478,7 m€ e de 4.595,1 m€, respetivamente, reforçado pelo acréscimo registada no saldo transitado (+ 4.066,1 m€), alvejando um resultado final positivo, destacando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 176.979,6 m€ neste quarto trimestre de 2022, contra 152.500,9 m€ em período homólogo, evidenciando um crescimento de 16,05% e um peso relativo de 76,65% (77,13% em 2021), verifica-se que este comportamento é compatível com o atual contexto económico de crescimento, com o impacto de um conjunto de medidas legislativas no âmbito da descentralização de competências para a administração local e ainda da entrada em vigor do OE/2022 (Lei nº 12/2022 de 27 de junho), decorrendo uma variação positiva quase generalizado de todas as rubricas da receita corrente, particularizando, por um lado, os impostos diretos exarando um valor de 100.477,4 m€ (+5.692,3 m€) com principal relevo para o sector imobiliário refletido no IMT que somou 41.177,8 m€ (+4.249,5 m€) revelando-se uma importante fonte de financiamento e aproximando-se cada vez mais dos valores do IMI (42.029,3 m€) e, por outro, o “boom” das transferências correntes materializado em 59.769,2 m€ (+21.988,5 m€), dos quais 56.890,9 m€ oriundos do estado (+19.502,4 m€), advindo essencialmente:

- Das transferências mensais de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no âmbito da educação 16.855,9 m€ entre abril e dezembro, apar de 158,9 m€ referente a transferências na área da ação social, totalizando 17.014,8 m€;

- Com a entrada em vigor da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (LOE/2022), a transferência do Orçamento do Estado para os municípios relativa ao mês de julho, além do duodécimo de julho (calculado com os valores constantes da LOE/2022) integram o diferencial entre as verbas transferidos entre janeiro e junho com base nos montantes constantes da LOE/2021 e os resultantes da LOE/2022, refletindo-se no processamento em julho de acertos nos valores em vários fundos, entre eles o FSM no valor de 6.016,6 m€;

- Como resultado do preceituado no artº 103º da LOE/2022 e do artº 2 da lei nº 21/2022, no ano 2022, o governo ficou autorizado a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do FSM a realizar-se em dezembro, via Direção Geral das Autarquias Locais, que somou 3.104,11 m€.

Ainda no que concerne às receitas correntes, verifica-se a continuidade da maior expressão dos impostos diretos e das transferências correntes no total da receita, traduzido num peso relativo conjunto de 69,40%.

Apresentando as receitas de capital um comportamento semelhante ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 30.351,3 m€ no quarto trimestre do corrente ano, comparativamente com os 25.756,2 m€ em 2021, verificando-se um crescimento de 17,84 % e um peso relativo no total da receita de 13,15% contra 13,02% em 2021.

Embora, com um desempenho menos marcante comparativamente com a sua congénere corrente, as receitas de capital demonstraram ao longo do ano em estudo, um crescendo comportamental, com um encaixe de mais 4.595,1 m€ face ao ano anterior, verificando-se que, a rubrica que assumiu maior expressão, para além das transferências de capital, tem vindo a ser os passivos financeiros com um registo de 18.475,9 m€ com destaque na vertente do crédito de MLP (16.975,9 m€), aglutinando os seguintes empréstimos:

- A libertação de três tranches do empréstimo para investimentos diversos junto do Banco BPI, S.A (4.792,62 m€);
- A libertação das três primeiras tranches do empréstimo para investimentos diversos junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A (4.698,5 m€);
- A libertação da terceira á sexta e última tranche referente ao financiamento de despesas destinadas ao combate aos efeitos da pandemia da doença Covid-19 junto da instituição Caixa Geral de Depósitos, S.A. (7.467,9 m€).

No que toca, às transferências de capital, o valor mensurado em 10.133,7 m€ agrega na sua essência as transferências do estado (3.362,1 m€) com destaque para a transferência da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente á comparticipação de despesas no âmbito da candidatura da Consolidação da Escarpa da Serra do Pilar em 1.350,3 m€ e da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, no âmbito da candidatura Norte 2020, da escola básica de Valadares no valor de 10,8 m€, assim como, as transferências do foro comunitário,

principalmente no âmbito do FEDER, que somaram 6.629,3 m€ refletidos numa panóplia de projetos candidatados e em implementação em todo o concelho.

Da análise suprarreferida, ressalta que no 4º Trimestre de 2022, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 96,80% e as receitas de capital apresentam uma taxa de execução de 48,50%.

Após ajustamentos a rubricas de Receita que apresentavam uma taxa de execução superior ao previsto, a taxa de execução da receita, no final do ano de 2022, cifrou-se nos 85,70%, revelando um grau de execução melhorado face ao ano anterior (que foi de 83,80%).



## Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, no quarto trimestres de 2022 e em comparação com período homólogo, um agravamento de 24.619,0 m€, materializando-se em 193.534,0 m€ fase ao registo de 168.915,0 m€ em 2021, evidenciando um crescimento de 14,57%. Na base deste comportamento destaca-se o incremento verificado na vertente corrente (+31.154,2 m€) com uma variação positiva de 29,85%, que mais do que compensou a contração ocorrida na vertente de capital (-6.535,2 m€) com uma variação negativa de 10,12%.

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no período em estudo em 135.518,7 m€, comparativamente com o registado de 104.364,5 m€ em igual período de 2021, tendo as despesas de capital atingido 58.015,4 m€ fase aos 64.550,6 m€, respetivamente.

C.Econ.	Descrição	4º trimestre 2021		4º trimestre 2022		Difº 2022/2021 Despesa Paga	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2021	2022
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>127 848,97</b>	<b>104 364,50</b>	<b>174 083,32</b>	<b>135 518,70</b>	<b>31 154,20</b>	<b>81,63%</b>	<b>77,85%</b>
01	DESPESAS COM O PESSOAL	47 418,38	46 155,61	65 649,59	59 830,50	13 674,89	97,34%	91,14%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	51 150,77	31 789,29	64 240,35	39 454,89	7 665,60	62,15%	61,42%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	728,78	650,25	706,66	669,31	19,06	89,22%	94,71%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 074,27	10 958,74	26 206,56	20 508,10	9 549,36	83,82%	78,26%
05	SUBSÍDIOS	11 699,21	11 296,63	13 871,86	13 767,10	2 470,47	96,56%	99,24%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3 777,56	3 513,98	3 408,30	1 288,80	-2 225,18	93,02%	37,81%
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>101 480,83</b>	<b>64 550,55</b>	<b>87 600,07</b>	<b>58 015,35</b>	<b>-6 535,20</b>	<b>63,61%</b>	<b>66,23%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	72 958,13	37 539,30	64 915,12	36 424,85	-1 114,45	51,45%	56,11%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 902,41	7 459,34	10 238,54	9 288,09	1 828,75	83,79%	90,72%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	19 205,68	19 138,00	12 434,91	12 302,41	-6 835,59	99,65%	98,93%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	414,31	413,91	11,20	0,00	-413,91	99,90%	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>229 329,80</b>	<b>168 915,05</b>	<b>261 683,39</b>	<b>193 534,05</b>	<b>24 619,00</b>	<b>73,66%</b>	<b>73,96%</b>

milhares de euros

Ilustração 2 - Despesa - 4º trimestre 2022/2021

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destacam-se as despesas correntes com o registo de um volume de despesa traduzido num aumento quase generalizado das suas componentes e um peso relativo na despesa total de 70,02%, fase a 61,78% em igual período.

Neste enquadramento, e no seguimento do que já vem acontecendo, continuam a pesar no orçamento municipal as despesas com pessoal (59.83,5 m€), aquisição de bens e serviços (39.454,9 m€) e as transferências correntes (20.508,1 m€), revelando variações positivas de 29,63%, 24,11% e 87,14%, respetivamente e comparativamente ao ano anterior, representando no total um peso relativo no global da despesa de 61,90% em 2022, contra 52,63% no ano anterior.

Assim, o incremento nas rubricas da despesa com pessoal (+13.674,9 m€) deveu-se sobretudo a medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas, no seguimento do DL 51/22 de 26 de julho, e na rubrica de aquisição de bens e serviços (+7.665,6 m€), foi refletido essencialmente na vertente de aquisição de serviços, que perfizeram 32.275,0 m€ (+5.622,1 m€ face a 2021), absorvendo os encargos abaixo descritos cerca de 21.306,1 m€, isto é, 66,01% do total da despesa com aquisição de serviços, nomeadamente:

- Encargos com outros serviços - 11.024,8 m€ (+4.346,6 m€), dos quais 5.629,56 m€ são referentes ao auxílio económico direto – refeições escolares (+2.572,0m€);
- Encargos com instalações - 5.391,4 m€;
- Encargos com vigilância e segurança – 2.537,9 m€;
- Encargos com locação de edifícios – 2.352,0 m€;

Na vertente de aquisição de bens, que registou um montante de 7.179,8 m€ em 2022, o aumento preconizado (+2.043,4 m€) comparativamente ao período de 2021, vem-se refletindo no agravamento de consumos com combustíveis e lubrificantes que perfizeram 1.566,7 m€ contra 823,8 m€ em 2021 (+742,9 m€), apar dos auxílios económicos diretos repercutidos num forte incremento, via complemento alimentar nas escolas no valor de 1.908,2 m€ (+1.792,8 m€), sendo que 425,9 m€, são alusivos a encargos ainda do ano anterior.

No que toca, aos subsídios que se consubstanciaram em 13.767,1 m€, verifica-se um incremento na ordem dos 2.470,5 m€, comparativamente ao período análogo em 2021, traduzido essencialmente:

- No âmbito da empresas publicas municipais e intermunicipais - pagamento do contrato programa no total de 6.600,0 m€ com as Águas de Gaia, EM,SA e do contrato programa com a Gaiurb E.E.M no valor de 3.000,0 m€, tendo por fim, o programa de revitalização da economia local somado 264,4 m€, no decorrer do presente exercício;
- No âmbito da municipalização de serviço explorado pela STCP - pagamento de 3.902,6 m€.

As transferências correntes que somaram no período em análise 20.508,1 m€, vislumbram um incremento de 9.549,36 m€, neste período, muito devido, por um lado, á descentralização de competências na área de educação, traduzido em transferências para os agrupamentos escolares e escolas no valor que somaram 2.315,6 m€, e por outro, devido ás transferências, quer para as juntas de freguesia no valor de 2.755,4 m€, sendo 1.923,2 m€ referente a acordos de execução de delegação de competências, 632,2 m€ no âmbito do fundo de recuperação da pandemia por Covid/19 e 200,0 m€ para apoio a situações de emergência social, materializando-se as transferências para as outras instituições sem fins lucrativos, um forte impulso, exarando de 12.831,9 m€ (+6.049,6 m€ em 2021) incorporando uma panóplia de projetos, sendo de destacar:

- Projeto educativo Gai@aprende+: 2.180,1 m€;
- Apoio a coletividades desportivas/recreativas: 1.396,9 m€;
- Atividades de enriquecimento curricular - Projeto Gai@aprende +i: 829,2 m€;
- Transferências para instituições de solidariedade social: 276,1 m€;
- Transferências para coletividades e instituições: 396,7 m€;
- Projeto de inovação social: 467 m€;
- Transferências para Bombeiros Voluntários do concelho: 338,0 m€

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 59.830,5 m€ em 2022, tendo representado 30,91% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 43.742,9 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 73,11%.

Na vertente da despesa de capital, as rubricas que continuam a demonstrar maior expressividade foram a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 36.424,85 m€ fase a 37.539,3 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 12.302,4 m€ contra 19.138,0

m€ em 2021 e por fim, as transferências de capital com um registo de 9.288,1 m€, comparativamente a 7.459,3 m€ do ano passado.

Esta vertente, evidencia um volume de despesa na ordem dos 58.015,4 m€, verificando-se um desagramento de 6.535,20 m€ fase a 2021, grande parte refletido nos passivos financeiros no diferencial de 5.000,00 m€ a título de empréstimos de curto prazo, manifestado no recurso em 2022 de 1.500,00 m€ fase a 6.500,0 m€ em 2021.

No amago das despesas de aquisição de bens de capital o valor exarado de 36.424,8 m€ demonstra um ligeiro decréscimo de 1.114,4 m€ face a 2021, realçando-se como investimentos mais expressivos os realizados:

- A) No âmbito das construções diversas (18.063,6 m€ contra 13.486,9 m€ em 2021) destacando-se como obras mais emblemáticas:
- PEDU – implementação do corredor Bus – vasco da gama (3.191,65 m€) e na VL3 (1.076,9 m€);
  - Diversas obras no concelho a título da rede viária e sinalização (3.573,2 m€),
  - Reabilitação Física da Urbanização de Vila d'Este - Arranjos Exteriores (Fase II - 1.738,7m€),
  - Construção/requalificação do espaço urbano (669,5 m€),
  - PEDU – Intervenção integrada do Castelo de Gaia – 675,1 m€
- B) No âmbito dos edifícios (10.635,6 m€ fase a 16.308,9 m€ em 2021) destacam-se os investimentos decorridos em diversas escolas do ensino básico do concelho (5.195,0 m€);

Estas duas vertentes, absorveram cerca de 78,79% do total de investimento realizado. Contudo, importa referir, que a nível da habitação, em 2022, regista-se o investimento de 1.308,4 m€ no desenvolvimento do projeto Habitação Renda Acessível.

No contexto das transferências de capital, sobressaem as despesas para as instituições sem fins lucrativos (4.551,6 m€), como aquelas com maior impacto no orçamento municipal, seguidas pelos encargos para as juntas de freguesia (3.236,5 m€) e, por fim, com o plano de reabilitação integrado do centro hospitalar Gaia/Espinho EPE (1.500,0 m€).

Para finalizar, resta referir que nestes quatro trimestres de 2022, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 77,85% e 66,23%, respetivamente, semelhantes às observadas em período homólogo de 81,63% e 63,61%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que nos últimos doze meses de 2022 a taxa de execução perfez 73,96%, comparativamente com os 73,66% atingidos em igual período de 2021.

## Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 4º trimestre de 2022, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2021	ORÇAMENTO INICIAL	31/12/2022 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	152 500,94	161 101,40	195 242,45
	B - Despesas correntes	104 364,51	148 480,09	174 083,33
	C - Saldo corrente (A-B)	48 136,43	12 621,31	21 159,12
	D - Amortização média dos EMLP	13 995,99	12 052,73	11 698,01
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	34 140,43	568,58	9 461,11
	F - Percentagem [A/(B+D)]	128,8%	100,4%	105,1%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2022 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

### Ilustração 3 - Regra do Equilíbrio Orçamental

## Alterações Orçamentais

Durante o ano de 2022, realizou-se um total de 53 alterações orçamentais, das quais, treze foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e dezembro de 2022, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	85 917,75	13 492,84	1 531,41	97 879,18
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	4 042,46	1 866,24	253,58	5 655,12
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 849,20	278,33	0,26	6 127,26
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62 398,22	5 968,44	5 089,24	63 277,43
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 380,11	856,77	13,44	3 223,44
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	513,66	0,00	41,44	472,22
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	322,91	29,02	74,55	277,38
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31 079,82	28 195,87	31 143,10	28 132,58
11 ATIVOS FINANCEIROS	25 630,13	0,00	14 181,12	11 449,01
12 PASSIVOS FINANCEIROS	21 754,61	7 500,00	9 037,92	20 216,69
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	570,65	891,90	0,00	1 462,55
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	209,04	82,15	0,00	291,19
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	23 219,35	0,00	23 219,35
<b>Totais</b>	<b>240 668,56</b>	<b>82 380,91</b>	<b>61 366,06</b>	<b>261 683,41</b>

(milhares de euros)

**Ilustração 4 - Alterações Orçamentais à Receita**

As alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, foram no sentido do seu reforço face às Previsões Iniciais e ocorreram, em grande parte, no 1º trimestre do ano, com a integração do Saldo da Gerência Anterior (23.219 m€) e a aprovação do empréstimo bancário de curto prazo (7.500 m€). Registou-se, ainda durante o 1º trimestre, a inclusão do Programa 1º Direito, inserido no Programa de Recuperação e Resiliência, o qual previa, para o ano de 2022, uma receita de capital (Cl.Ec.10) de 25.285 m€.

No 2º trimestre, a alteração de maior relevo foi a inclusão do projeto de “Reabilitação das Margens do Rio Uima” no valor de 1.500 m€ - receita FEDER, dos quais, 52,7 m€ correntes e 1.447,3 de capital (Cl.Ec.06 e 10).

Entre julho e setembro, a variação mais significativa registou-se nas Transferências de Capital (Cl.Ec.10), com uma variação negativa de 3.676,3 m€ face ao trimestre anterior, decorrente da reformulação de algumas empreitadas (caso da obra Canidelo ao pé – Lugar de S.Paio – Fases 1 a 4) e da desistência de outras (nomeadamente, as Fases 4, 6 e 7 da Reabilitação da Intervenção Integrada do Castelo).

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	57 745,79	14 073,11	6 169,30	65 649,59
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	64 701,88	18 506,73	18 968,25	64 240,36
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	638,42	171,34	103,10	706,66
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 680,45	18 275,21	2 749,10	26 206,56
05 SUBSÍDIOS	12 668,75	8 980,10	7 776,99	13 871,86
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 044,80	2 962,20	1 598,70	3 408,30
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	75 895,61	41 438,28	52 418,76	64 915,13
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 453,96	7 694,18	2 909,60	10 238,54
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,00	0,30
10 PASSIVOS FINANCEIROS	10 636,30	7 798,61	6 000,00	12 434,91
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	202,30	0,00	191,10	11,20
<b>Totais</b>	<b>240 668,56</b>	<b>119 899,76</b>	<b>98 884,91</b>	<b>261 683,41</b>

(milhares de euros)

**Ilustração 5 - Alterações Orçamentais à Despesa**

Do lado da Despesa, a conta de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) foi, de entre todas as rubricas, a única que, entre novas inscrições/reforços e diminuições/anulações, registou uma variação negativa: menos 10.980,5 m€ face à dotação inicial. Por outro lado, as Transferências Correntes (Cl.Ec.04) registaram um incremento de 15.526,1 m€ face à dotação inicial.

As Transferências Correntes foram, ainda, a rubrica que registou um maior aumento face ao trimestre anterior (mais 3.171,0 m€), com maior impacto resultante das transferências para instituições sem fins lucrativos (mais 3.134,9 m€) e das transferências para famílias (mais 436,3 m€).



Neste último trimestre do ano, as alterações orçamentais com maior relevância, consubstanciaram-se na extinção de uma natureza de receita ou despesa prevista no orçamento que não teriam execução orçamental ou a redução de uma previsão de receita ou dotação de despesa, destacando-se, ao nível da Receita, as diminuições nas Transferências de Capital (Cl.Ec.10), nos Ativos Financeiros (Cl.Ec.11) e nos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12) e o aumento dos Impostos Diretos (Cl.Ec.01), e ao nível da Despesa, a diminuição na Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.02) e de Passivos Financeiros (Cl.Ec.10) explicadas, essencialmente, por:

- Ajustamentos ao nível da participação comunitária em projetos co-financiados, tanto ao nível do FEDER, como do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1º Direito), cuja execução não foi possível durante o ano de 2022;
- Empréstimo de curto prazo de 7,5 milhões de euros, dos quais apenas foram utilizados 1,5 milhões de euros, pelo que o valor não executado deu origem a ajustamento do lado da receita e da despesa;
- Verificação de um grau de execução da receita cobrada em IMT superior ao previsto.

Após os ajustamentos descritos, o Município finalizou o ano de 2022, com um orçamento corrigido no valor de 261.683,4 m€.